



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008172-74.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Gratificações Estaduais Específicas**
 Requerente: **MARA SILVIA OLIVIO DE SOUZA**
 Requerido: **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária de Cobrança ajuizada por **MARA SILVIA OLÍVIO DE SOUZA** contra a **FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando, em suma, que, por meio do mandado de segurança nº 566.01.2010.008240-4, teve reconhecido o direito ao recebimento da sexta-parte sobre o salário padrão e demais vantagens efetivamente recebidas, salvo as eventuais, com pagamento das diferenças, respeitadas a prescrição quinquenal que antecederam a propositura da ação. Relata que, tendo em vista que o início do pagamento da sexta parte foi efetuado em 08/11/2011, referente ao pagamento do mês de outubro de 2011, tem o direito aos pagamentos retroativos desde 12/09/2009 até 30/09/2011. Acostou à inicial os documentos de fls. 08/18.

Indeferido o pedido de concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (fls. 19), a autora interpôs agravo de instrumento (fls. 22), ao qual foi negado provimento (fls. 56/60).

Citada (fls. 54), a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 63/79), alegando não existir dispositivo legal que assegure a servidores admitidos sob o regime jurídico da Lei Estadual nº 500/74 o direito à sexta-parte. Requereu, caso se acolha a ação, seja determinada a aplicação do artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97 para o cálculo dos juros e atualização monetária.

É o relatório.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do CPC,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

eis que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido merece acolhimento.

Objetiva a autora, por meio desta ação, o pagamento dos valores atrasados da sexta parte sobre o salário padrão mais vantagens, no período de cinco anos anteriores à ação mandamental.

A sentença prolatada na referida ação impetrada por ela reconheceu o seu direito, mas destacou que era impossível o pagamento dos valores atrasados naquela via. Isso se deu porque o art. 14, § 4º da Lei nº 12.016/09 prevê que: o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial.

Assim, dependia a autora de ação de cobrança, para a persecução de valores vencidos anteriormente, respeitada a prescrição quinquenal, o que se deu através da presente demanda.

Desta maneira, faz jus ao pagamento dos atrasados não abrangidos pela ação mandamental.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e PROCEDENTE o pedido. Condeno a requerida ao pagamento da sexta parte sobre o salário padrão e demais vantagens efetivamente recebidas, salvo as eventuais, no período de 12/09/2009 (data em que completou vinte anos de efetivo exercício) até 30/09/2011, com parcelas corrigidas dos respectivos vencimentos e juros de mora com uma única vez de incidência, até o efetivo pagamento, nos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme art. 1º- F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/09, pois assim ficou definido no v. Acórdão da ação mandamental, que transitou em julgado (fls. 17).

Para a execução do débito, reconheço a sua natureza alimentar, pois parte de vencimentos.

Honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, considerando-se as parcelas vencidas até a presente data.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em razão do valor da ação, descabe reexame necessário.

P.R.I

São Carlos, 09 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**